

O futuro da história económica de Portugal

Pedro Lains

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Abril 2008

A publicar em: Sofia Aboim e Filipe Carreira da Silva (orgs.), *Itinerários. A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Introdução

Nos últimos dois séculos, a economia portuguesa registou importantes transformações estruturais que se traduziram no crescimento da produtividade da mão-de-obra e, conseqüentemente, no crescimento do rendimento nacional por habitante. Contudo, os progressos registados na economia portuguesa não foram suficientes para que o país vencesse o fosso que o tem separado dos níveis médios de produtividade e de rendimento dos países mais desenvolvidos da Europa. Crescimento e atraso têm convivido de forma persistente na história económica de Portugal¹.

Os dois lados do desenvolvimento económico português não mereceram até tempos mais recentes, por parte dos historiadores, o mesmo grau de atenção. De facto, a maioria dos estudos sobre a economia portuguesa é ainda centrada em tentativas de explicação do atraso económico do país, sendo claramente relegada para um plano secundário a preocupação em explicar a profunda alteração que a economia sofreu. A desigualdade de tratamento do progresso e do atraso é mais evidente nos estudos sobre o século XIX, mas está também presente nos trabalhos sobre o período entre as duas guerras mundiais ou, o que é mais surpreendente, nos estudos sobre o período de rápido crescimento entre sensivelmente 1945 e 1973².

¹ Este texto retoma a Introdução em Pedro Lains (2003), com alterações decorrentes da referência a trabalhos desde então publicados.

² V., quanto ao século XIX, entre outros, Villaverde Cabral (1981), Armando Castro (1978), Magalhães Godinho (1980), Halpern Pereira (1983) e Joel Serrão (1978). V. Jaime

A historiografia do atraso e o seu reverso

A maior atenção prestada ao estudo do atraso económico tem raízes históricas profundas e é motivada por diferentes ordens de razão. As raízes recuam pelo menos às preocupações quanto ao estado do país por altura da restauração e preservação da independência, no século XVII. Essas preocupações estão bem patentes nos escritos dos «economistas» portugueses reunidos em antologia por António Sérgio (1924). O século XVIII esteve sob mira dos trabalhos dos *arbitristas* publicados nas memórias da Academia das Ciências, que mostravam uma preocupação com a organização económica do país e do império e com a distância que já então separava Portugal dos países do Nordeste europeu³. Para os observadores do liberalismo *cartista* da década de 1840 e do *fontismo* dos anos a seguir à Regeneração (1851), o atraso português tornava-se ainda mais evidente perante as importantes transformações industriais e agrícolas registadas nos principais países da Europa. Assim, as origens da atenção dada ao atraso remontam à preocupação com a defesa do país e cresceram com a cada vez maior consciência da distância entre Portugal e os países mais desenvolvidos ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Mas a desigual atenção dada ao atraso tem também uma vertente política. Quando Antero de Quental e Oliveira Martins, para citar dois nomes paradigmáticos, escreviam sobre as longas raízes do atraso português e as suas causas, quase sempre de ordem política, moral ou social, eles estavam também a criticar a sociedade que os rodeava⁴. A utilização da crítica ao atraso económico como arma de arremesso na crítica da política contemporânea aparece com um vigor redobrado em muitas análises sobre a ditadura militar de 1926-1933 e o Estado Novo, sendo isso mais evidente, do ponto de vista historiográfico, no fim do período.

Embora relegada para um segundo plano na historiografia nacional, a preocupação com o crescimento económico tem também pergaminhos importantes. Para o século XIX, Gerardo Pery (1875) não deixou de apontar, com base na informação que ia sendo lentamente fornecida pela incipiente estatística nacional, que a economia portuguesa registava importantes transformações desde a década de 1840 até à data em

Reis (1993), capítulo 1, para uma primeira revisão crítica destes trabalhos. Quanto ao século XX, v. Halpern Pereira (2001), capítulo 3, e Fernando Rosas (2000).

³ V. *Memórias Económicas...*

⁴ V. Oliveira Martins (1979) e Antero de Quental (1982).

que escrevia. São poucos os casos de outros autores coevos que nos dêem uma perspectiva de crescimento económico no século XIX, podendo apontar-se os nomes de Rebelo da Silva (1868) e Morais Soares (1873) e, mais tarde, os de Cincinnato da Costa e Luís de Castro (1900) e de Campos Pereira (1915)⁵. Relativamente à primeira metade do século XX, são também escassas as análises que nos fornecem os elementos fundamentais do desenvolvimento económico em Portugal nesse período. Mais uma vez, as exceções podem ser rapidamente enumeradas, contando-se entre elas os trabalhos de Azevedo Gomes (1920) e de Gomes *et al.* (1944). De notar que estes trabalhos se debruçam essencialmente sobre a evolução da agricultura, o que se compreende não só pelo facto de esse ser o sector mais importante da economia, como pela existência de um maior grau de informação estatística sobre o mesmo relativamente à informação disponível sobre a indústria.

A atenção prestada ao crescimento económico em Portugal aumentou, naturalmente, nas décadas a seguir à segunda guerra mundial. Para este período torna-se complicado seleccionar os trabalhos mais importantes, pois os estudos sobre o crescimento deixaram de se basear em empreendimentos individuais e relativamente dispersos. O trabalho a todos os títulos pioneiro de Pereira de Moura *et al.* (1954) abriu uma nova perspectiva de análise baseada em dados de contabilidade nacional, que então dava os primeiros passos. Um outro estudo importante é o de Xavier Pintado (2002), livro que analisa a economia portuguesa numa perspectiva comparada e com uma metodologia que era à data a todos os títulos moderna, constituindo por isso um trabalho inovador e ainda muito útil para compreender o crescimento económico do país no pós-guerra. Os estudos do crescimento económico deste período do pós-guerra, que aqueles dois trabalhos bem exemplificam, revelam um carácter essencialmente técnico, baseado na descrição e análise da evolução dos agregados macroeconómicos para que havia informação. Talvez o mais influente estudo de crítica ao chamado modelo de desenvolvimento português seja o livro de Pereira de Moura (1973). Mas um ponto comum atravessa os trabalhos de ordem mais técnica ou política sobre a economia do segundo pós-guerra: todos eles se esforçam por mostrar as grandes transformações sofridas pela economia portuguesa desde 1945, nomeadamente a rápida industrialização, acompanhada pelo crescimento do investimento nacional, em bens de

⁵ V. Lains e Sousa (1998).

capital e infra-estruturas, pelo aumento das exportações industriais e pelo crescimento dos principais serviços do Estado e dos mercados financeiros.

Os historiadores do século XX acompanharam de algum modo este esforço de análise do período do pós-guerra, embora se possam notar algumas reticências no devido reconhecimento do alcance dos níveis de crescimento económico alcançado no período sensivelmente entre 1950 e 1973. Efectivamente, trabalhos importantes como os de Fernando Rosas (2000) e Halpern Pereira (2001) encerram críticas à política económica do Estado Novo que partem do pressuposto de que o crescimento económico verificado no período acima indicado teria sido insuficiente, sendo o leitor conduzido à conclusão de que Portugal fracassou ao não ter conseguido vencer o fosso do atraso económico relativamente aos países europeus mais desenvolvidos⁶.

Em anos mais recentes, o rumo dos estudos históricos sobre a economia portuguesa dos séculos XIX e XX mudou de forma bastante significativa. Para o século XX, por exemplo, os trabalhos de César das Neves (1994 e 1996) e de Silva Lopes (1996) e as mais recentes contribuições de Abel Mateus (2001) e Luciano Amaral (2002) inseriram novamente o estudo do segundo pós-guerra em Portugal no caminho aberto pelos trabalhos anteriores de Pereira de Moura e Xavier Pintado, colocando a análise sobre o crescimento económico português no contexto dos estudos do crescimento económico internacional. Entretanto, a edição das séries longas para a economia portuguesa de Batista *et al.* (1997) e de Pinheiro (org.) (1997) estabeleceu um ponto de não retorno para a análise do crescimento económico em Portugal no século XX⁷. Relativamente ao século XIX, houve também algumas alterações importantes na análise da história económica portuguesa que merecem seguramente um balanço⁸.

A obra colectiva organizada por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (2005) trouxe um conjunto de novas perspectivas sobre o crescimento da economia no longo prazo. Os seus três volumes, relativos respectivamente aos séculos XVIII, XIX e XX, tratam da evolução dos

⁶ Estas perspectivas de censura ao comportamento político dos nossos antepassados são ainda recorrentes em alguns textos da historiografia internacional onde Portugal aparece como um caso de uma sociedade que há muito que não sabe aproveitar as oportunidades. V. sobretudo David Landes (1998).

⁷ V. também a importante compilação de estatísticas histórica em Valério (org.) (2001).

⁸ Para esse balanço v. Lains (2003). V. também Jaime Reis (1993).

factores produtivos, da produção e da produtividade, das relações económicas com o exterior, e ainda elementos de política económica. A leitura integrada desses trabalhos permite verificar os avanços que a economia portuguesa sofreu ao longo dos últimos três séculos, apagando a imagem de atraso sem progresso – mas não pagando, evidentemente, os problemas que persistiram ao longo da história.

Para alguns autores, a maior atenção dada à descrição e ao estudo do crescimento económico em Portugal traduz a substituição de um paradigma historiográfico por outro, substituição que teria, inclusivamente, raízes políticas e ideológicas⁹. De facto, estes autores pretendem dizer que o estudo da sociedade não pode ser dividido em campos com objectos e métodos de análise distintos, nomeadamente nos campos social, político e económico. Ao atendermos à análise da economia, isto é, da história económica, com os instrumentos da ciência económica, relegando para segundo plano os instrumentos da sociologia e da ciência política, estaríamos implicitamente a significar que o social e o político não têm a mesma importância e, assim, a sair da ortodoxia marxiana ou pós-marxiana, em que, precisamente, esses três campos se cruzam indistintamente. Mas não é disso que se trata. Trata-se de proceder aos trabalhos muitas vezes penosos e pouco gratificantes de explicitar os modelos analíticos e de fazer o melhor esforço por forma a quantificar o crescimento económico nas suas várias vertentes. Esse esforço pode até ser útil para a história social, como sucede, por exemplo, quando se procura analisar a evolução dos salários reais e a distribuição do rendimento nacional pelos diferentes factores produtivos.

Portugal e o seu contexto

É importante que o debate sobre a metodologia, seguramente necessário, não relegue para segundo plano a comparação da experiência de crescimento económico em Portugal com a experiência dos demais países, sobretudo dos países europeus. Esta perspectiva internacional, nunca suficientemente explorada, é a única, aliás, em que faz sentido falar de atraso ou crescimento económico. É verdade que nos últimos anos tem havido um maior desenvolvimento dos estudos sobre Portugal numa perspectiva comparada e que são já raros os trabalhos em que

⁹ V. introdução dos livros de Halpern Pereira (2001) e Fernando Rosas (2000).

Portugal não seja analisado no devido contexto internacional. Para o século XIX, deve notar-se que a história económica, juntamente com a história social, enquanto disciplinas, mostram um certo ascendente relativamente à disciplina da história política, onde o estudo de Portugal aparece ainda muito isolado¹⁰. E não será talvez exagero dizer que esses papéis se invertem no que diz respeito ao estudo do século XX graças a alguns trabalhos sobre o salazarismo no contexto dos estudos sobre o fascismo europeu¹¹. O lugar de Portugal como protagonista, embora menor, da história da integração europeia é também motivo de renovado interesse internacional¹².

Portugal acompanha a história económica europeia desde há muito tempo e por isso é dela tributária. Para o período mais recente que aqui nos interessa mais, pode referir-se por exemplo que a industrialização portuguesa ganhou maior fôlego, precisamente na altura em que se generalizava no resto do continente europeu, isto é a partir sensivelmente de 1830. Do mesmo modo, o crescimento agrícola verificado em Portugal ao longo do século XIX, com os seus altos e baixos, acompanhou a abertura dos mercados externos até certa altura e beneficiou de importações de adubos e de alguma maquinaria já no fim do século. As comunicações, entre as quais se incluem sobretudo os caminhos de ferro, mas também o telégrafo e as estradas, beneficiaram, indirectamente, da experiência contemporânea na Europa e, directamente, dos investimentos europeus no sector. Estes são apenas exemplos do facto de as lições da história económica europeia serem importantes para o estudo da história económica portuguesa¹³.

Todavia, a perspectiva da história económica comparada não se deve limitar à utilização das experiências estrangeiras na compreensão do caso português. Com efeito, a história comparada tem de ir mais

¹⁰ É frequente aduzir-se o argumento de que a história política portuguesa do século XIX não interessa ao público estrangeiro. Todavia, isso é cada vez menos verdade, uma vez que as revistas internacionais procuram cada vez mais alargar as suas áreas geográficas de interesse. O público estrangeiro tem todavia de ser captado para os temas portugueses através da contextualização dos problemas. Um exemplo desse esforço, na área da história política, pode ser visto em Lains (no prelo).

¹¹ V. como exemplo mais recente Pinto e Rezola (2007).

¹² V. Nicolau Leitão (2007)

¹³ Uma boa monografia sobre história económica da Europa é ainda Sidney Pollard (1994). V. também, para o século XX, Crafts e Toniolo (1994). Está em curso a produção de uma obra colectiva que compreende o estudo de todo o continente europeu. Trata-se de: S. Broadberry e K. O'Rourke (orgs.), *An Economic History of Modern Europe, 1700-2000*, Cambridge University Press, 2 vols.

longe e tornar a investigação sobre Portugal relevante para o estudo de outros países ou, em termos mais gerais, para a compreensão do desenvolvimento económico internacional. No caso de alguns temas característicos da historiografia portuguesa, isso tem sido feito, como acontece com os estudos sobre o império africano. Contudo, para a generalidade dos temas que preocupam os historiadores em Portugal, o caso deste pequeno país não se tem mostrado suficientemente no contexto do estudo dos grandes problemas da industrialização e do crescimento económico da Europa.

A história do continente europeu tem muito a ganhar com o estudo dos países periféricos, no sentido em que esse estudo pode ajudar a revelar a verdadeira importância dos factores de ordem social, política e económica que estariam por trás do êxito das primeiras experiências de industrialização. Acresce que Portugal pode ser um caso particularmente importante, pois representa um extremo do continente, porventura apenas comparável com o outro extremo no Sudeste europeu, região que recorrentemente atrai a atenção de muitos historiadores europeus¹⁴.

Para que Portugal se insira melhor na historiografia europeia é preciso deixar de tomar como ponto de partida problemas relevados de questões nacionais e passar a colocar questões de relevo internacional para as quais se pressupõe que o exemplo português pode ser importante. Não se trata, em consequência, de uma história dos problemas que interessam a Portugal, em que são comparados os factos relevantes da vida económica nacional com outros factos tomados como relevantes do exterior. Trata-se, em vez disso, de escolher os grandes temas da historiografia internacional que podem beneficiar do estudo do exemplo português. Para tal é preciso ter em consideração os grandes movimentos da história europeia e analisar em que medida o estudo de Portugal pode ajudar a uma melhor compreensão desses movimentos.

Durante grande parte do século XIX, a história da Europa foi marcada pelo desenvolvimento, por um lado, dos Estados e das instituições nacionais e, por outro, das relações entre Estados, através do comércio internacional, dos fluxos de capitais e das migrações. Regra geral, o desenvolvimento e consolidação dos Estados nacionais precedeu o período de maior desenvolvimento das relações económicas interna-

¹⁴ Um exemplo recente da integração do estudo da periferia europeia no contexto mais geral dos estudos do desenvolvimento do continente, é o livro de Aldcroft (2006).

cionais, a partir da década de 1870¹⁵. Estes anos de crescente integração económica europeia foram aqueles em que a industrialização se espalhou pelo continente, chegando, inclusivamente, à periferia, onde Portugal se inseria.

A Primeira Guerra Mundial alterou o rumo dos acontecimentos de forma radical e nas décadas que se lhe seguiram o desenvolvimento das relações económicas internacionais foi severamente afectado. Quase todos os países europeus foram atingidos pelas consequências da guerra, quer directas, quer através dos efeitos que a guerra teve no comércio internacional, no investimento estrangeiro e na emigração. Esses efeitos traduziram-se fundamentalmente em acentuados desequilíbrios nas balanças de pagamentos, decorrentes das elevadas dívidas de guerra e da resultante inflação dos preços. O sistema de pagamentos internacional do padrão ouro, que vigorava de forma quase universal nas vésperas da guerra, não teve substituto e a regulamentação dos pagamentos internacionais de forma equilibrada tornou-se uma tarefa que não estava ao alcance das instituições nacionais. Também não foi possível instaurar uma nova ordem institucional a nível internacional, apesar dos esforços em torno da Sociedade das Nações. O resultado foi o gradual aumento do protecçãoismo alfandegário e de outras formas de intervenção directa dos Estados nacionais. Durante este mesmo período houve um reforço da autoridade dos Estados sobre as economias nacionais, ao mesmo tempo que o desenvolvimento da economia internacional foi interrompido de forma significativa. Mas, apesar de a generalidade das economias europeias ter de algum modo sido afectada pelo clima de crise internacional, a verdade é que a partir de meados da década de 1920 se começou a sentir um movimento de recuperação económica nos principais países industrializados da Europa. Em 1929, o colapso da bolsa de Nova Iorque levou a uma crise de grandes proporções nos Estados Unidos, prontamente repercutida na Europa, que até então estava dependente de capitais norte-americanos para o financiamento de uma parte considerável das balanças de pagamentos. Mas a resultante grande depressão de 1929-1932 apenas interrompeu a recuperação económica europeia, a nível nacional, que se havia iniciado anos antes.

Depois da segunda guerra mundial, a Europa entrou numa fase de rápida recuperação económica, a qual viria a provar-se mais duradoura

¹⁵ Isso só não foi assim na região dos Balcãs, em que a fundação dos Estados nacionais coincidiu com o período de maior integração das respectivas economias na economia europeia, precisamente também a partir da década de 1870.

do que a ténue recuperação dos anos 1920 e 1930. Um dos aspectos mais importantes dessa recuperação económica relaciona-se com o facto de ela ter sido acompanhada pelo desenvolvimento de instituições de cooperação internacional. Essas instituições foram criadas logo a seguir ao fim da guerra, sob influência norte-americana e do Plano Marshall, instituído em 1947, que obrigou os governos europeus a associarem-se em instituições de cooperação, como a OECE, por forma a não repetirem os desmandos do primeiro pós-guerra e, em particular, as excessivas exigências da França relativamente à Alemanha derrotada. O Plano Marshall teve uma vida curta, até 1950, mas foi determinante para o restabelecimento dos equilíbrios, pois canalizou dólares para os países com dificuldades nos pagamentos internacionais. A cooperação internacional permitiu o desenvolvimento simultâneo da maior intervenção dos Estados nas economias e da abertura das economias ao comércio externo e aos fluxos de capital. Esse entendimento constituiu uma diferença a todos os títulos notável relativamente ao que havia acontecido a seguir à Primeira Guerra Mundial. Com efeito, sem cooperação internacional, as políticas de estímulo à produção não poderiam coexistir com a abertura ao exterior, pois criariam situações de desequilíbrio porventura insustentáveis. É neste contexto que se deve entender o êxito da criação da CEE, em 1957, e da EFTA, dois anos depois. O período de maior fôlego no crescimento económico internacional terminou em 1973, mas os parâmetros de desenvolvimento não se alteraram na sua essência, já que não se manifestaram retrocessos significativos na cooperação institucional entre os vários países europeus. Ao contrário, ele foi, inclusivamente, reforçado com os sucessivos alargamentos da CEE e a criação do mercado único da União Europeia, em 1992.

Se a história económica portuguesa tem alguma relevância para a história económica europeia, essa relevância terá de se manifestar necessária, embora não unicamente, através do papel que Portugal representou nos vários ciclos da história europeia, acima sumariamente enunciados. E a verdade é que a experiência portuguesa é relevante, pois através dela pode estudar-se como um Estado pequeno, periférico e pobre se integrou na história europeia conduzida por Estados mais desenvolvidos. Com efeito, o estudo da história económica portuguesa pode contribuir para a detecção e análise das principais causas que estiveram por trás do êxito relativo do desenvolvimento económico europeu, nas suas vertentes nacional e internacional.

No que diz respeito ao estudo da industrialização no século XIX, o caso português deverá ser inserido no contexto da discussão sobre as causas da introdução e adaptação de novas tecnologias e de novos processos produtivos. Para referir um exemplo, o estudo das primeiras décadas da industrialização portuguesa pode ajudar à discussão sobre a importância relativa dos factores que aparecem recorrentemente como relevantes nos estudos sobre a industrialização europeia, nomeadamente as características da oferta doméstica de determinados recursos naturais, como os minérios de carvão e de ferro, os custos relativos do capital e do trabalho e também as características da oferta de mão-de-obra especializada.

Para o estudo das causas do desenvolvimento da agricultura na Europa oitocentista, o caso português servirá também para compreender as causas por trás da introdução de novas culturas, da alteração dos métodos de cultivo, da alteração na composição do produto agrário e da introdução de adubos industriais e da mecanização na produção agrária. Em concreto, o estudo do desenvolvimento da agricultura portuguesa ajuda a entender em que medida a introdução de inovações no sector dependeu de determinadas características do solo e do clima ou se foram mais importantes as questões relacionadas com a distribuição da propriedade fundiária ou com a estrutura da sociedade. Assim, o estudo dos limites ao desenvolvimento agrário em Portugal serve também para compreender o papel que a implantação das instituições típicas do liberalismo europeu teve nas economias nacionais.

Em geral, os estudos sobre a indústria, a agricultura e os serviços ajudam a estudar com maior detalhe os efeitos da distância na introdução de tecnologias e de novos processos produtivos, isto é, na transmissão do crescimento económico ao longo do continente. A distância é um factor cuja análise é muitas vezes tomada de forma implícita, mas é seguramente um factor importante, porque os contactos directos são fundamentais para a transmissão de conhecimentos, para o nível de confiança e para a expansão dos negócios.

A história da Europa do período de entre as duas guerras mundiais também beneficia do estudo dos países pobres da periferia europeia, grupo em que Portugal se insere. Com efeito, durante os anos a seguir a sensivelmente meados da década de 1920, países como Portugal, Espanha (até 1936), Grécia, Bulgária e Jugoslávia registaram ritmos de crescimento económico que até então não haviam sido alcançados. Isto significa que este período de mais intensa intervenção do Estado na economia e de menor desenvolvimento das relações económicas inter-

nacionais esteve associado a ritmos mais elevados de crescimento agrícola e industrial, relativamente às últimas décadas do século XIX, quando os Estados intervieram em menor grau e a integração económica desses mesmos países com a Europa industrializada se acentuara significativamente.

Um outro campo em que o estudo de Portugal pode ser inserido com grande proveito nos estudos de história económica europeia diz respeito aos efeitos da maior abertura ao exterior, a seguir à segunda guerra mundial, na estrutura da economia e, por essa via, no ritmo de crescimento do produto e da produtividade nacionais. O estudo de Portugal é ainda relevante para os estudos da necessidade da existência de clubes de países convergentes e de um nível mínimo de desenvolvimento económico para pertencer a esses clubes. Também a análise das instituições económicas do Estado Novo deve ser posta numa perspectiva comparada, beneficiando, assim, de um melhor entendimento sobre o desenvolvimento institucional europeu, não só no contexto dos regimes europeus autoritários, mas também no contexto dos estudos sobre instituições corporativas de regimes democráticos.

O estudo de Portugal num contexto europeu está já patente em muitos trabalhos da historiografia portuguesa e os próximos passos devem naturalmente ser dados a partir de uma leitura da historiografia existente e da inventariação das principais questões deixadas em aberto. O facto de se apontar para a necessidade de uma mudança de rumo no sentido de se partir de problemas da historiografia europeia não significa que se defenda o abandono do esforço que tem sido feito em Portugal. Esse esforço é extremamente importante no que diz respeito à quantificação de algumas das principais variáveis macroeconómicas (apesar de muito ainda faltar quanto à evolução do investimento, dos preços sectoriais, da balança de pagamentos e da produção de serviços para o período anterior a 1950). O esforço é também muito relevante quanto à sistematização do estudo de algumas questões fundamentais, como, por exemplo, o papel da educação ou do Estado no crescimento económico.

Conclusão

A história económica de Portugal é um importante campo para a discussão dos grandes temas da industrialização e do crescimento económico europeus, mais que não seja porque as conclusões que têm sido

avançadas, em sucessivas vagas, para explicar o êxito económico dos países europeus mais desenvolvidos têm também de valer na explicação do atraso português. Assim, o caso de Portugal ajuda a questionar a relevância das teses que associam o crescimento económico à presença de factores como Estados financeiramente equilibrados e governos que seguem políticas económicas correctas, populações com elevados níveis de instrução ou empresários dinâmicos – e, por oposição, das teses que associam o atraso à ausência desses mesmos factores. A lição que se deve reter é a de que a importância desses factores depende de condições de carácter mais geral, cuja inteira compreensão ainda não foi suficientemente alcançada. Essas condições mais gerais estão porventura relacionadas com o nível de potencial de transformação económica que os países mostram em cada momento da industrialização e do desenvolvimento económico dos últimos dois séculos.

Tendo em conta o potencial de transformação económica, mais facilmente se compreende por que é que Portugal conheceu um crescimento relativamente lento no século XIX, alcançou níveis mais rápidos de industrialização no período proteccionista de entre as duas guerras mundiais, ultrapassou o ritmo de dinamismo europeu no segundo pós-guerra e obteve resultados globalmente menos positivos no período de desaceleração que se seguiu de 1973 aos nossos dias. O desafio que nos surge pela frente traduz-se na necessidade de integrar formalmente o conceito de potencial de crescimento económico nas interpretações sobre a evolução das economias. Uma forma de o fazer, e que tem mostrado resultados positivos, consiste em considerar os ganhos de transformações estruturais associados à absorção de trabalho, capital e capacidade tecnológica por parte de sectores com níveis de produtividade mais elevados. A capacidade de crescimento dos sectores mais produtivos depende, naturalmente, da existência de condições favoráveis – de oferta e, é importante notá-lo, de procura – nos respectivos mercados de factores e de produtos. Sob esta perspectiva, torna-se essencial estudar o modo como essas condições favoráveis ganham existência.

Os estudos de história económica são relevantes para as outras áreas da história, nomeadamente política, social ou cultural e isso tem de ser tornado evidente a todos os que se interessam pelo estudo do passado. Mas o reverso também é verdade, uma vez que a análise das condições envolventes é determinante para a avaliação das possibilidades de desenvolvimento económico. A constante revisão da história económi-

ca deve também contribuir para que esta interacção entre diferentes áreas de interesse histórico seja cada vez mais profunda e frutífera.

Referências bibliográficas

- ALDCROFT, Derek, *Europe's Third World. The European Periphery in the Interwar Years*, Aldershot, Ashgate, 2006.
- AMARAL, Luciano, *How a Country Catches Up. Explaining Economic Growth in Portugal in the Post War Period, 1950 to 1973*, dissertação de doutoramento, Instituto Universitário Europeu, Florença, 2002.
- BATISTA, D., MARTINS, C., PINHEIRO, M., e REIS, J., «New estimates for Portugal's GDP, 1910-1958», in *História Económica*, n.º 7, 1997, pp. 1-128.
- CABRAL, M. Villaverde, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981 (1.ª ed., 1976).
- CASTRO, Armando, *A Revolução Industrial em Portugal*, Porto, Limiar, 1978 (1.ª ed., 1947).
- COSTA, B. C. Cincinnato da, e CASTRO, Luís de (orgs.), *Le Portugal ou Point de vue agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- CRAFTS, Nicholas e TONIOLO, Gianni (orgs.), *Economic Growth in Europe since 1945*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- GODINHO, V. Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1980 (1.ª ed., 1975).
- GOMES, M. de Azevedo, *A Situação Económica da Agricultura Portuguesa*, Lisboa, Museu Comercial, 1920.
- GOMES, M. Azevedo, BARROS, H. de, e CASTRO CALDAS, E. de, «Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 1, 1944, pp. 21-203.
- LAINS, Pedro, *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- LAINS, Pedro, «The power of peripheral governments. Coping with the 1891 financial crisis in Portugal», *Historical Research* (no prelo).
- LAINS, Pedro e SILVA, A. Ferreira da (orgs.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, 3 vols.
- LAINS, Pedro, e SOUSA, P. Silveira e, «Estatística e produção agrícola em Portugal», in *Análise Social*, vol. 33, 1998, pp. 935-968.

- LANDES, David S., *The Wealth and Poverty of Nations. Why Are Some So Rich and Others so Poor?*, New York, W.W. Norton, 1998.
- LEITÃO, Nicolau Andresen, «A flight of fantasy? Portugal and the first attempt to enlarge the European Community, 1961-1963», *Contemporary European History*, vol. 16 (1), 2007, pp. 71-87.
- LOPES, J. da Silva, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva, 1996.
- MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães Editores, 1979 (1.ª ed., 1881).
- MATEUS, Abel, *A Economia Portuguesa desde 1910. Crescimento no Contexto Internacional, 1910-1998*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001 (1.ª ed. 1998).
- Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789 -1815* (ed. de J. L. Cardoso), Lisboa, Banco de Portugal, 1991, 5 vols.
- MOURA, F. Pereira de, *Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, Seara Nova, 1973 (1.ª ed., 1969).
- MOURA, F. Pereira de, PINTO, L. M. Teixeira, e NUNES, M. Jacinto, «Estrutura da economia portuguesa», in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, n.º 14, 1954, pp. 9-219.
- NEVES, J. César das, *The Portuguese Economy. A Picture in Figures*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1994.
- NEVES, J. César das, «Portuguese post-war growth. A global approach», in N. Crafts e G. Toniolo (orgs.), *Economic Growth in Europe since 1945*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- PEREIRA, J. de Campos, *Economia e Finanças. A Propriedade Rústica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.
- PEREIRA, M. Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983 (1.ª ed., 1971).
- PEREIRA, M. Halpern, *Diversidade e Assimetrias. Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- PERY, Gerardo, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.
- PINHEIRO, Maximiano (org.), *Séries Longas para a Economia Portuguesa*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997, 2 vols.
- PINTADO, Xavier, *Structure and Growth of the Portuguese Economy*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002 (1.ª ed., 1964).
- PINTO, A. Costa e REZOLA, M. Inácia, «Political catholicism, crisis of democracy and Salazar's New State in Portugal», *Totalitarian Movements and Political Religions*, Vol. 8 (2), 2007, pp. 353-368.

- POLLARD, Sidney, *Peaceful Conquest. The Industrialization of Europe, 1760-1970*, Oxford, Oxford University Press, 1994 (1ª ed. 1981).
- QUENTAL, Antero de, «Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos», in Joel Serrão (org.), *Antero de Quental. Prosas Sócio-Políticas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982.
- REIS, Jaime, *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993.
- ROSAS, Fernando, *Salazarismo e Fomento Económico, 1928-1948. O Primado do Político na História Económica do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.
- SÉRGIO, António (org.), *Antologia dos Economistas Portugueses. Século XVII. Obras em Português*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924.
- SERRÃO, Joel, «Prefácio», in J. Serrão e G. Martins (orgs.), *Da Indústria Portuguesa. Do Antigo Regime ao Capitalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- SILVA, L. A. Rebelo da, *Compêndio de Economia Rural para Uso das Escolas Populares*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- SOARES, R. Morais, *Relatório da Direcção-Geral do Comércio e Indústria*, Lisboa, 1873.
- VALÉRIO, Nuno, (org.), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, 2 vols.